

ARTIGOS

ARTICLES

ANÁLISE DO SISTEMA DE CRÉDITO AGRÍCOLA NO BRASIL NOS GOVERNOS FHC E LULA

Bruna Joyce Rodrigues

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

E-mail: brunajoyce@hotmail.com

Cláudia Maria Sonaglio

Doutoranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).
Professora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

E-mail: claudia.sonaglio@gmail.com

Resumo

Este artigo busca identificar a direção das políticas de crédito rural no país durante os governos FHC e Lula, considerando a importância do acesso ao crédito agrícola para o desenvolvimento do setor, as desigualdades geradas pela criação do SNCR, bem como as várias mudanças ocorridas após a implantação do Plano Real. São apresentadas as principais linhas de crédito agrícola, os volumes de crédito oferecidos ao setor, além das regiões e dos estados mais beneficiados. A evolução dos recursos mostra constante aumento no período de 1995 a 2009, considerando como principais beneficiadas as regiões Sul e Sudeste e, entre estas, os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Esse aumento do crédito contribuiu com o aumento da produção de grãos, e a produção só apresentou redução nos anos em que foi prejudicada por fatores climáticos.

Palavras-chave: Política agrícola; Linhas de crédito rural; Governos FHC e Lula.

1

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira passou por grandes transformações nas últimas décadas, com a utilização de novas tecnologias em máquinas, insumos e equipamentos, o que permitiu o aumento da produção e a redução dos custos. O setor desempenhou papéis importantes no desenvolvimento da economia brasileira; por exemplo, durante a industrialização sua função foi, entre outras, liberar mão de obra para a indústria e produzir alimentos baratos para a população urbana (BITTENCOURT, 2003).

Nesse cenário, um instrumento da política agrícola – o crédito rural – foi importante para financiar tais mudanças. O acesso aos serviços financeiros se mostrou fundamental para o desenvolvimento rural, pois aumentou as possibilidades de investimentos.

O desenvolvimento rural corresponde, assim, à criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados; procura por maneiras de reduzir os custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; e tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Dessa forma, representa uma saída para as limitações e a falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que esse desenvolvimento impõe (KAGEYAMA, 2004).

A falta de acesso ao crédito agrícola impossibilita o crescimento da produção, dificulta a formação de novas empresas e a expansão e modernização das existentes, além de impedir a redução da pobreza rural (BITTENCOURT, 2003).

Por isso, o governo criou um sistema de crédito agrícola subsidiado, com o intuito de viabilizar a aquisição de equipamentos e insumos modernos, para que houvesse aumento da produtividade, surgindo, assim, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. Apesar de sua importância para a agricultura brasileira, esse sistema de distribuição dos financiamentos contribuiu para as desigualdades regionais, aumentando as diferenças na distribuição de renda entre as regiões e entre os próprios proprietários.

Diante dessa constatação, pretende-se neste estudo identificar a evolução e distribuição das diferentes carteiras de crédito agrícola.

A implantação do Plano Real, em 1994, trouxe algumas consequências para a economia, inclusive para a agricultura, pois o Estado se afastou do envolvimento direto nas atividades econômicas, principalmente com relação ao crédito subsidiado e à garantia de preços mínimos (BAER, 2002).

Devido à importância do acesso ao crédito agrícola para o desenvolvimento do setor e das várias mudanças ocorridas após a implantação do Plano Real, este estudo pode ser considerado relevante no sentido de identificar a direção das políticas de crédito agrícola no país.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a evolução do crédito agrícola, tecendo uma comparação entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, a fim de verificar como a concessão de crédito se comportou pós-Plano Real, além de identificar e caracterizar as principais linhas de crédito rural, os critérios utilizados na concessão do crédito, os volumes de crédito oferecidos ao setor e quais as regiões que mais utilizam esse crédito.

2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A importância do crédito para o desenvolvimento econômico

Muitos foram os teóricos que abordaram a importância do crédito para o desenvolvimento econômico. Eles buscaram entender a ligação existente entre o crédito e o investimento e entre o crédito e as inovações tecnológicas. Do rol de tais pensadores econômicos, destacam-se Joseph Alois Schumpeter e Michael Kalecki.

Em sua teoria, Schumpeter (1997) afirma que o desenvolvimento econômico surge por meio da adoção de inovações, da utilização do crédito e também da ação do empresário inovador. Essas inovações seriam a introdução de um novo produto, a descoberta de um novo método de produção, a abertura de um novo mercado, a descoberta de uma nova fonte de oferta de matéria-prima e uma nova organização de qualquer indústria (SOUZA, 2003).

O empresário schumpeteriano desempenha um papel muito importante, pois é ele que coloca em prática as novas combinações, capazes de gerar lucros. Dessa forma, o que trarão o desenvolvimento econômico são as inovações introduzidas pelo empresário. No entanto, para que isso ocorra, o empresário necessita de capital, sendo este disponibilizado pelos bancos na forma de créditos.

Isso demonstra a importante relação entre as inovações e o crédito. Nas palavras de Chieza e Ambros (2005, p. 3): “É por meio do crédito que o empresário, que não obteve acumulação passada, terá a oportunidade de executar a inovação”. Assim, torna-se claro que o crédito é imprescindível ao financiamento das inovações e, conseqüentemente, para o processo de desenvolvimento econômico de uma região.

Ao analisar todo esse processo (considerado necessário para o desenvolvimento econômico schumpeteriano), pode-se concluir que ele corresponde a um processo endógeno, contínuo, que desenvolve uma série de ações na economia.

Ao desenvolver a Teoria da Dinâmica Econômica, Kalecki (1997) elaborou uma estratégia de crescimento para economias em desenvolvimento. É importante ressaltar duas características importantes. A primeira é que, em tais economias subdesenvolvidas, não é possível eliminar o desemprego a curto e médio prazos, mesmo quando se utilizam plenamente seus bens de capital. A segunda característica é que, nessas economias, a elasticidade-renda da demanda por alimentos é alta, enquanto a elasticidade da oferta agrícola é baixa.

Nas economias subdesenvolvidas, há uma capacidade ociosa, o que significa que o produto poderia crescer significativamente a curto prazo, tendo em vista que o principal requisito para que isso ocorra é o aumento da demanda efetiva.

Para Kalecki (1997), há três maneiras de realizar esse aumento da demanda: por meio de gastos governamentais em investimentos públicos ou subsídios para o consumo de massa; pelo estímulo aos investimentos privados; e pela redistribuição de renda das classes altas para as de baixa renda (KALECKI, 1997 apud LÓPEZ; PUCHET; ASSOUS, 2009).

Kalecki (1997) também destaca um dos grandes problemas do financiamento: não é qualquer indivíduo que a ele tem acesso. A quase totalidade dos financiamentos é efetuada por pessoas que já são proprietárias de capital. Assim, o que determina quem terá acesso ao mercado de crédito é o montante de capital de uma empresa ou pessoa, ou seja, quem tem mais recursos próprios é quem obterá maior empréstimo.

O que estimula os indivíduos a realizar investimentos, de acordo com a teoria de Kalecki (1997), é a concorrência entre os capitalistas – isso os leva a introduzir inovações tecnológicas e, conseqüentemente, a investir.

Kalecki (1997) afirma que as inovações tornam os investimentos mais atraentes e que um fluxo constante de inovações é comparável a uma taxa constante de acréscimos nos lucros. Dessa forma, torna-se claro que as inovações provocam acréscimos aos investimentos, pois são capazes de transformar uma economia estática em uma economia em desenvolvimento. Assim, quando não há mais inovações, a economia para de crescer.

■ 2.2 A economia agrícola no desenvolvimento

O crescimento da economia agrícola foi alvo de estudo para vários teóricos, tais como Binswanger (1987 apud SARRIS, 2001), Antle (1983 apud SARRIS, 2001), Mundlak (1999 apud SARRIS, 2001), entre outros. Eles demonstram que os

principais determinantes da oferta agrícola são o capital físico, a infraestrutura, o capital humano, a pesquisa, a extensão e a densidade da população rural.

Qualquer mudança positiva nesses fatores levaria a um crescimento da economia agrícola. Além disso, a mudança tecnológica na agricultura seria adicionada à produção agrícola por meio dos aumentos de estoque de capital físico. Para Sarris (2001), os principais fatores que levariam ao crescimento do setor rural seriam a pesquisa financiada com recursos públicos, as atividades públicas de extensão e os investimentos públicos em infraestrutura rural, sob a forma de estradas rurais, eletricidade, irrigação etc., importantes fatores de contribuição ao crescimento agrícola TFP¹. Os investimentos em capital humano são outro fator significativo.

Para que esses objetivos sejam alcançados, o acesso ao crédito agrícola se mostra importante para financiar esses fatores imprescindíveis ao crescimento e ao desenvolvimento agrícola. González (apud KROTH; DIAS; GIANNINI, 2009, p. 4) expõe que

[...] a importância do crédito está no papel dinamizador da atividade agrícola, contribuindo para o desenvolvimento integrado, para a difusão de inovações tecnológicas e para a expansão da produção, tanto para o mercado interno como o externo.

O setor agrícola também apresenta papel importante no processo de desenvolvimento de outros setores. Os principais teóricos que abordaram essa importância foram Johnston e Mellor (1961 apud GERALDINE, 2005). Para eles, a agricultura possui funções que, juntamente com o aumento da produção e da produtividade, contribuem para o processo de desenvolvimento de outros setores da economia. Suas principais funções seriam fornecer alimentos e matérias-primas, transferir mão de obra, formar um mercado consumidor dos produtos industrializados, entre outras (GERALDINE, 2005).

O fornecimento de alimentos e matérias-primas é uma função essencial e exclusiva da agricultura e permite uma estabilidade dos preços, desde que a produção e o consumo evoluam no mesmo ritmo. A transferência de mão de obra do setor agrícola para outros setores tem como objetivo transferir mão de obra para setores mais produtivos. Por intermédio do setor agrícola, é possível ampliar o mercado interno, pois esse setor passaria a consumir bens e serviços finais do setor industrial (GERALDINE, 2005).

1 O FTP corresponde aos principais determinantes da produtividade a fatores totais.

Várias teorias apresentaram evidências empíricas referentes ao papel da agricultura na redução da pobreza em países em desenvolvimento, como a Índia e a China. Essas evidências mostraram que a elasticidade da pobreza em relação ao aumento da produtividade agrícola não deve depender apenas de variáveis iniciais de distribuição. Existe um conjunto de fatores que torna o desenvolvimento agrícola um fator de crescimento e de diminuição da pobreza: 1. a agricultura deve possuir grande parcela do emprego agregado; 2. as melhorias tecnológicas não devem aumentar os riscos; 3. deve haver oferta excedente de recursos de mão de obra local; e 4. deve haver melhorias na educação e na saúde (SARRIS, 2001).

■ 2.3 A ajuda do governo à agricultura

A agricultura brasileira tem ocupado lugar de destaque no espaço econômico, e sua importância varia de acordo com as regiões e os ecossistemas naturais. Mas esse setor necessita de ajuda para manter-se – e cabe ao governo oferecer tal auxílio. Essa importância de fomento governamental à agricultura foi abordada por Paul A. Samuelson.

Em sua teoria, Samuelson (1973) aborda o auxílio oferecido pelo governo norte-americano aos agricultores. Antes de 1929, adotava-se uma política relativa à terra, cujo objetivo era oferecer terras aos colonos e auxílios para melhorias nos métodos agrícolas. A partir de 1929, o governo de Hoover criou uma Junta Federal Agrícola, que buscava oferecer ajuda direta ao agricultor.

Para Samuelson (1973), seriam cinco os principais mecanismos de ajuda governamental:

- as doações diretas ou os pagamentos de auxílios concedidos aos fazendeiros que tivessem provado sua necessidade ou sua miséria;
- os programas governamentais que visavam ao aumento da procura de produtos agrícolas ou à redução de seu custo real de produção;
- os programas de limitação de safras que visassem à redução da oferta e à elevação dos preços;
- os programas de armazenamento para garantir ou manter preços;
- os planos de pagamentos de subsídios pela diferença entre a compra e a revenda.

Samuelson (1973) também destaca o problema que ocorre até os dias de hoje: os grandes fazendeiros são os que mais se beneficiam dessas formas de ajuda governamental. Apenas uma pequena parcela cabe aos fazendeiros realmente pobres, cuja pobreza os tornaria de fato mais merecedores.

3

FUNCIONAMENTO DO CRÉDITO AGRÍCOLA²

As atividades rurais têm muitas especificidades, tais como a influência de fatores climáticos, a sazonalidade da produção e o tempo de desenvolvimento dos organismos vegetais e animais. Isso torna a gestão de recursos financeiros um fator importante para a sustentabilidade do setor.

Esse é o papel do crédito rural, que corresponde ao suprimento de recursos financeiros por meio de instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O crédito rural estimula os investimentos rurais (como o armazenamento, o beneficiamento e a industrialização dos produtos agrícolas), além de financiar os custos de produção e os de comercialização, fortalecer o setor rural e incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

A concessão de crédito agrícola apresenta algumas exigências: a idoneidade do tomador; a apresentação de orçamento, plano ou projeto – exceto quando se tratar de operações de desconto de nota promissória rural ou de duplicata rural –; a oportunidade, suficiência e adequação de recursos; a observância de cronograma de utilização e de reembolso; assim como a fiscalização pelo financiador.

Para a obtenção do financiamento rural, é necessário oferecer garantias que são acertadas livremente entre o financiado e o financiador, devendo ser ajustadas de acordo com a natureza e o prazo do crédito e podendo se constituir por penhor agrícola, pecuário, mercantil ou cedular; alienação fiduciária; hipoteca comum ou decular; aval ou fiança; e outros bens que o Conselho Monetário Nacional (CMN) admitir.

A fim de atender a esses objetivos, são disponibilizados recursos para diferentes finalidades de aplicação. No financiamento de curto prazo, os recursos são destinados a custeio e comercialização; já em longo prazo, são oferecidos empréstimos para investimentos.

3.1 Crédito para custeio

O crédito para custeio tem como finalidade cobrir as despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanen-

2 A seção está fundamentada no *Manual do Crédito Rural*, do Banco Central (MCR).

tes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, bem como as despesas de exploração pecuária e o beneficiamento ou a industrialização de produtos agropecuários.

De acordo com o Capítulo 3, Seção 2 do *Manual do Crédito Rural*, do Banco Central, o custeio se classifica em agrícola, pecuário e de beneficiamento ou industrialização. Os beneficiários são os produtores rurais e suas cooperativas, tendo em vista que o montante de crédito de custeio destinado a cada tomador é não cumulativo e ocorre em cada safra (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, MCR 3-2-5).

■ 3.2 Crédito para comercialização

O crédito para comercialização tem o objetivo de assegurar ao produtor rural ou a suas cooperativas os recursos necessários à comercialização de seus produtos no mercado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, MCR 3-4-1). Ele é formado pelo crédito de pré-comercialização, de desconto; empréstimos a cooperativas para adiantamento a cooperados; Empréstimos do Governo Federal (EGF); Linha Especial de Crédito (LEC) ao amparo dos recursos obrigatórios; linhas de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinadas ao financiamento da estocagem de café e ao Financiamento para Aquisição de Café (FAC); e o financiamento de proteção de preços ou prêmios de risco de equalização de preços (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, MCR 3-4-2).

O crédito de pré-comercialização corresponde ao suprimento de recursos a produtores rurais ou a suas cooperativas para atender às despesas referentes à fase imediata da colheita da produção própria ou de cooperados. Busca viabilizar a venda da produção sem precipitações nocivas aos interesses do produtor, mas não pode ser utilizado para favorecer a retenção especulativa de bens, principalmente em caso de escassez de produtos alimentícios para o abastecimento interno.

■ 3.3 Crédito para investimentos

O crédito para investimentos financia tanto investimentos fixos quanto semifixos. Os fixos se destinam à construção, à reforma ou à ampliação de benfeitorias e instalações permanentes; à aquisição de máquinas e equipamentos

com duração superior a cinco anos; a obras de irrigação, açudagem, drenagem, proteção e recuperação do solo; ao desmatamento, à destoca, ao florestamento e ao reflorestamento; à formação de lavouras permanentes; à formação ou à recuperação de pastagens; e à eletrificação e à telefonia rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, MCR 3-3-1).

Os semifixos, por sua vez, correspondem à aquisição de animais de pequeno, médio e grande portes, à criação, à engorda ou a serviços; a instalações, a máquinas e a equipamentos com duração não superior a cinco anos; à aquisição de veículos, tratores, colheitadeiras, implementos, embarcações e aeronaves; e à aquisição de equipamentos empregados na medição de lavouras (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, MCR 3-3-2).

Os recursos do crédito para investimentos também podem ser destinados a despesas com projetos ou plano (custeio e administração); à manutenção do beneficiário e de sua família (salvo quando se tratar de grande produtor); e ainda à recuperação ou reforma de máquinas, tratores, embarcações, veículos e equipamentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, MCR 3-3-3).

■ 3.4 Principais linhas de crédito rural

Vários programas de crédito agrícola foram criados com o objetivo de estimular o desenvolvimento rural. A seguir, são apontadas as principais características desses programas.

- Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota): criado no ano 2000, tem por finalidade a aquisição financiada de novos bens, como tratores e implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café, ou a aquisição de itens usados, tratores e colheitadeiras com idade máxima entre oito e dez anos.
- Moderfrota Proger: criado em 2008, apresenta as mesmas características do Moderfrota, porém, para o produtor se enquadrar neste programa, no mínimo 80% de sua renda deve originar da atividade agropecuária ou extrativa vegetal. Sua renda bruta anual também não deve ser superior a 500 mil reais.
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): teve início em 1996, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

- Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Prodefruta): criado no ano 2000, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da fruticultura brasileira por meio de investimentos que proporcionem o incremento da produtividade e da produção, assim como o beneficiamento, a industrialização, a padronização e outros investimentos necessários a melhorias do padrão de qualidade e das condições de comercialização de produtos frutícolas.
- Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra): criado em 2001, tem a finalidade de apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada, sustentável econômica e ambientalmente, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de alimentos para os mercados internos e externos, além de ampliar a capacidade de armazenamento das propriedades rurais.
- Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro): teve início em 1999, e seus objetivos são desenvolver a produção de espécies de frutas com potencial mercadológico interno e externo e fomentar os setores da apicultura, aquicultura, pesca, avicultura, pecuária leiteira, entre outros.
- Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop): teve início em 2003, com o objetivo de incrementar a competitividade e o complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.
- Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora): teve início em 2002, com o objetivo econômico de contribuir para a redução do déficit existente no plantio de árvores utilizadas como matérias-primas pelas indústrias, a fim de incrementar a diversificação das atividades produtivas no meio rural, gerar emprego e renda de forma descentralizada, assim como alavancar o desenvolvimento tecnológico e comercial do setor, e a arrecadação tributária. O objetivo social era fixar o homem no meio rural e reduzir sua migração para as cidades, por meio da viabilização econômica de pequenas e médias propriedades; o objetivo ambiental era contribuir para a preservação das florestas nativas e dos ecossistemas remanescentes.
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro): iniciou sua participação em 1973, com a finalidade de exonerar o produtor rural do cumprimento de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, quando da ocorrência de perdas das receitas esperadas em

consequência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atingissem bens, rebanhos e plantações.

- Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro): teve início em 1992, e seu objetivo é apoiar o desenvolvimento dos setores de apicultura, aquicultura, avicultura, floricultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira e defesa animal, sericicultura, suinocultura e ranicultura, incrementando a produtividade, a produção e a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos e o consequente aumento das vendas nos mercados interno e externo.
- Linha Especial de Crédito (LEC): foi criada em 2002, a fim de financiar a aquisição ou a estocagem de produtos agrícolas garantidos por preços mínimos, sob regras específicas para incentivo à comercialização. As atividades beneficiadas são avicultura de corte e suinocultura.
- Programa de Integração Lavoura-Pecuária (Prolapec): foi criado em 2006 pelo BNDES, com o intuito de estimular a produção sustentável, tanto econômica como ambientalmente, assim como disponibilizar recursos para investimentos necessários à implantação de sistemas de integração de agricultura com pecuária.
- Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa): foi criado em 2008, com o objetivo de disseminar o conceito de agronegócio responsável e sustentável, e também de intensificar o apoio à utilização de sistemas produtivos sustentáveis, como o sistema orgânico de produção agropecuária.
- Finame Agrícola: teve início em 1997, com o intuito de financiar a produção e a comercialização de máquinas, implementos agrícolas e bens de informática e automação destinados à produção agropecuária, desde que sejam novos e de fabricação nacional.
- Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro): foi criado em 2010, com o objetivo de promover a recuperação ou a reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas singulares e centrais de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, bem como seu saneamento financeiro.
- Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite): foi criado em 1995, com o objetivo de financiar a realização de investimentos necessários à modernização da pecuária leiteira.

4

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA NO PERÍODO PÓS-PLANO REAL

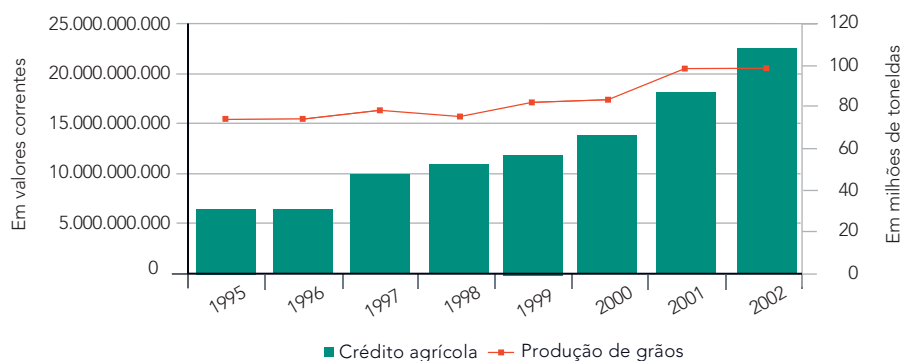
4.1 Governo FHC – 1995 a 2002

O primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998) foi marcado por consequências que surgiram com a implantação do Plano Real. As principais medidas que afetaram o setor agrícola foram as altas taxas de juros, a valorização da taxa de câmbio e a liberalização da importação. Os gastos públicos com o setor também foram reduzidos. No período de 1980 a 1984, os gastos com a Função Agricultura correspondiam a 5,75% do Orçamento Geral da União (OGU) e passou para 5,55% no período de 1985 a 1989, 2,39% no período de 1990 a 1994 e para 2,11% no período de 1995 a 1999 (BITTENCOURT, 2003).

O Gráfico 1 mostra a evolução dos recursos do crédito agrícola no período de 1995 a 2002, assim como o desempenho da produção de grãos nesse mesmo período:

Gráfico 1

Evolução do crédito agrícola e da produção de grãos – 1995 a 2002



Fonte: Elaborado com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central (2010).

Em 1995, o valor liberado para o crédito rural (em valor corrente) foi de R\$ 6.481.597.114,32; a produção agrícola, no mesmo ano, foi de 79,9 milhões de toneladas. Em 1996, o valor liberado teve pequena redução de 2,9%; a produção de grãos, nesse ano, teve uma redução de 8,0% com relação ao ano de 1995, o que se deve, em parte, ao desestímulo gerado pela redução dos preços agrícolas e pelas negociações do programa de securitização³ que ainda não tinham sido totalmente efetivadas.

Já em 1997, houve aumento de 56,3% no total de recursos e aumento de 2,8% na produção agrícola – reflexo das negociações das dívidas, da criação do Pronaf e da recuperação dos preços agrícolas. Em 1998, esse aumento dos recursos foi de 13,1%; na produção de grãos, observou-se uma redução de 7,5%, em decorrência do fenômeno climático El Niño, que causou excesso de chuvas na região Sul e seca na região Nordeste.

Em 1999, foi liberado um montante de R\$ 11.786.166.115,00 (valor corrente); a produção de grãos apresentou aumento de 10%. Em 2000, houve aumento de 17% nesse montante de recursos com relação ao ano anterior; a produção de grãos aumentou de 0,9% em relação à produção de 1999, e isso se deve ao melhor desempenho das regiões Norte e Nordeste (que tiveram aumento de 27,0% na produção de algodão, soja e milho).

Em 2001, ocorreu aumento de 30,2% no volume de recursos do crédito agrícola em relação a 2000, e aumento de 18,6% no volume de produção com relação ao ano de 2000 – reflexo da criação de um novo programa de financiamento, o Moderinfra, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento da agropecuária.

Já em 2002, observou-se elevação de 25% no montante de recursos do crédito e redução de 1,5% na produção de grãos, o que se deve, basicamente, a uma estiagem que afetou a produção de milho e trigo.

A Tabela 1 mostra a evolução das principais fontes de recursos nesse período.

3 O programa de securitização foi criado pelo governo em 1995 para refinanciar as dívidas dos produtores rurais.

Tabela 1

**Financiamentos concedidos por fontes de recursos – 1995 a 1998
(valores em %)**

Fontes de Recursos	Anos							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Recursos do Tesouro	19,70	3,48	1,50	1,66	0,1	0,01	1,6	1,6
Recursos Obrigatórios	13,14	16,88	44,89	40,73	40,2	51,8	58,9	52,7
Poupança Rural	36,07	9,13	8,42	13,02	18,8	14,3	10,3	12,6
Recursos Livres	16,30	8,07	6,01	4,67	4,9	4,7	4,0	5,1
Fundos Constitucionais	9,01	14,90	5,64	7,04	7,4	5,8	6,0	6,9
Recursos dos Governos Estaduais	0,36	0,26	0,18	0,18	0,1	0,1	0,07	0,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	0,00	21,99	18,43	15,86	16,2	12,7	9,9	10,1

Fonte: Elaborada com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central (2010).

Nota-se que, a partir de 1996, houve grande redução na participação dos Recursos do Tesouro quanto ao financiamento da agricultura – que representava 19,7% do total de recursos, em 1995, e passou para apenas 1,6% do total, em 2002. Essa redução ocorreu devido às alterações realizadas pelo governo – que diminuíram a aplicação direta de recursos orçamentários ao crédito rural, de forma a restringir esse tipo de operação a algumas linhas de crédito do Pronaf (BITTENCOURT, 2003).

As participações dos recursos da Poupança Rural e dos Recursos Livres⁴ também diminuíram. Em 1995, correspondiam a 36,07% e 16,30%, respectivamente; já em 2002, essas participações caíram para 12,6% e para 5,1%. Enquanto isso, outros recursos aumentaram suas participações, como no caso dos Recursos Obrigatórios⁵, passando de 13,14%, em 1995, para 52,7%, em

4 Os Recursos Livres são decorrentes das captações da Tesouraria, visando, principalmente, ao atendimento das necessidades dos grandes produtores na complementação dos limites do Banco Central; a taxa de juros é prefixada.

5 Os recursos Obrigatórios decorrem da exigibilidade de depósitos à vista pelas instituições financeiras para serem aplicados em crédito rural. Há regras e limites específicos definidos pelo Banco Central.

2002. Esse aumento da participação dos Recursos Obrigatórios foi um reflexo da estabilização econômica e da introdução da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), segundo Bittencourt (2003).

A distribuição dos recursos do crédito agrícola por região geográfica, de 1999 a 2002 – já que não foi possível ter acesso a essas informações no período de 1995 a 1999 – mostra que o crédito agrícola está mais concentrado nas regiões onde a agricultura é mais desenvolvida, ou seja, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A distribuição regional do crédito rural segue a participação de cada região no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP). Por exemplo, no ano de 2001, a região Sul obteve 31,6% do VBP e 40,9% do total aplicado no crédito rural; a região Sudeste contou com 34,8% do VBP e 30% do crédito agrícola; a região Centro-Oeste representou 14,3% do VBP e 19,5% do total do crédito disponibilizado; a região Nordeste obteve 14,6% do VBP e 6% do total do crédito agrícola; e a região Norte representou apenas 4,7% do VBP nacional e apenas 3,6% dos recursos do crédito rural (BITTENCOURT, 2003).

Os estados que mais receberam esses recursos, nesse mesmo período, foram Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. Em 1999, o Rio Grande do Sul concentrou o maior volume de crédito, com 17,2% do total de recursos e, em seguida, encontravam-se o estado de São Paulo em posição de destaque, com 16,3%, e o estado do Paraná, com 15,7%. Em 2002, também foi o estado de São Paulo que concentrou o maior volume de recursos, obtendo 18,1%; o Rio Grande do Sul contou com 17,9%, e o Paraná, com 16,5%.

Os estados que menos receberam os recursos do crédito rural, nesse período, foram Acre, Amazonas, Roraima e Amapá. Em 2002, o Acre recebeu 0,161% dos recursos; o Amazonas, 0,163%; Roraima, 0,022%; e o Amapá, 0,019%.

A evolução das linhas de crédito no período de 2000 a 2002 – considerando que não foi possível o acesso a esses dados no período de 1995 a 1999 – mostra que a linha de financiamento que mais recebeu recursos foi o Moderfrota, que financia a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, com constante aumento nesse período, acompanhado por aumento na produção agrícola. Em 2000, esse programa obteve 69,4% dos recursos, ano em que a produção de grãos foi de 83,1 toneladas. Já em 2002, esse percentual passou para 80,3%, e a produção de grãos passou para 97,1 toneladas.

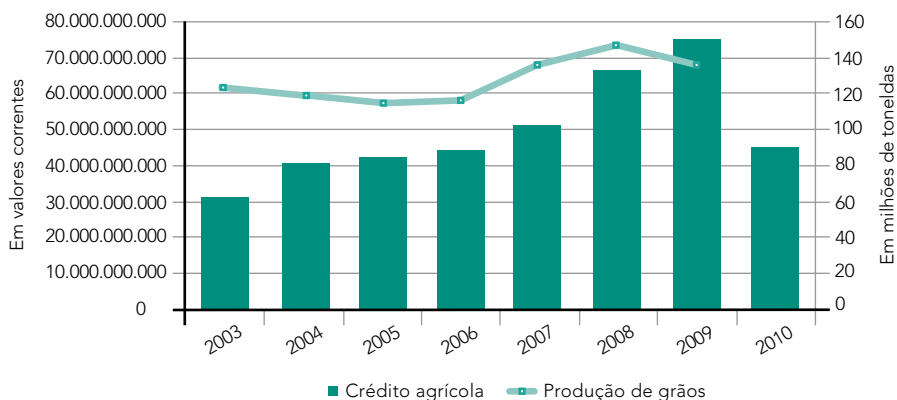
O Moderinfra – que teve início em 2001 – obteve 5,2% dos recursos do BNDES nesse ano, passando para apenas 1,52%, em 2002. O Propflora foi criado em 2002, ano que concentrou apenas 0,005% do total de recursos. O Prodeagro obteve 7,0% do montante de recursos, em 2000, e passou para 6,1%, em 2002. O Prodefruta apresentou grande aumento no montante de recursos, pois passou de 8,0%, em 2000, para 16,4%, em 2002. O Finame Agrícola possuía 20,2% dos recursos, em 2000, e passou para 53,4%, em 2001, e para apenas 7,9%, em 2002.

■ 4.2 Governo Lula – 2003 a 2010

A evolução dos recursos do crédito agrícola durante os mandatos do governo Lula é mostrada pelo Gráfico 2, que ilustra também sua relação com a produção de grãos nesse período.

Gráfico 2

Evolução do crédito agrícola e da produção de grãos – 2003 a 2010⁶



Fonte: Elaborado com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central (2010).

6 Os dados referentes ao ano de 2010 correspondem aos recursos disponibilizados até o mês de agosto.

O ano de 2003 apresentou aumento de 38,6% no volume de recursos do crédito rural em comparação com o ano de 2002, e a produção de grãos apresentou aumento de 26,8% relativamente à produção de 2002. Esse desempenho foi uma consequência do aumento na produção de trigo, soja, algodão, milho e feijão, todas essas culturas beneficiadas pelo aumento do uso de insumos agrícolas e dos investimentos em mecanização bem como pelas condições climáticas favoráveis.

Em 2004, houve aumento de 30,0% no montante de recursos do crédito agrícola; já a produção de grãos teve uma redução de 3,7% relativamente à produção de 2003 (representando um reflexo dos efeitos negativos do clima que prejudicaram as culturas de soja, milho, feijão e trigo) assim como um aumento nos custos de produção, em decorrência do aumento dos preços dos insumos derivados do petróleo e dos fertilizantes.

Em 2005, houve aumento de 3,8% nos recursos do crédito rural e redução de 5,7% na produção de grãos, tendo como causa fatores climáticos desfavoráveis.

Em 2006, ocorreu elevação de 4,3% no montante de recursos do crédito e aumento de 3,6% na produção de grãos; esta foi uma das consequências responsável pela criação de um novo programa de financiamento agrícola, o Prolapec, que estimulou a produção sustentável e também investimentos na integração da agricultura com a pecuária.

O ano de 2007 apresentou aumento de 17,0% com relação aos recursos do crédito rural em 2006. A produção de grãos, nesse ano, foi de 132,9 milhões de toneladas, representando aumento de 13,6% na produção em relação ao ano de 2006; esse aumento foi uma consequência da elevação da produtividade das culturas de trigo, algodão, milho e soja.

Em 2008, houve aumento de 29,3% no montante de recursos do crédito rural e de 9,6% na produção de grãos, sendo também uma consequência da elevação de produção de algumas culturas e da criação do Moderfrota Proger.

Em 2009, o aumento no volume do crédito agrícola foi de 13,6%, ocorrendo redução de 8,3% na produção de grãos, em decorrência de condições climáticas adversas à época do plantio. O total de recursos disponibilizados em 2010, até o mês de agosto, representou um total de R\$ 43.433.708.075,45.

A Tabela 2 mostra os recursos disponibilizados para o crédito agrícola pelas principais fontes de recursos.

Tabela 2

Crédito rural: valores de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por fontes de recursos – 2003 a 2010 (valores em %)

Fontes de Recursos	Anos							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Recursos Obrigatórios	23,3	25,7	28,5	18,7	55,5	47,4	48,3	51,3
Poupança Rural	10,6	11,4	8,9	7,3	17,9	25,9	26,0	25,3
BNDES/Finame	8,6	4,3	7,7	7,5	4,6	5,8	7,02	7,8
FAT	5,5	6,3	9,1	9,1	4,03	1,3	1,2	0,98
Fundos Constitucionais	5,2	5,5	5,2	4,3	7,6	8,8	7,2	7,6
Recursos Livres	1,9	3,8	2,1	0,9	3,8	4,7	4,2	2,2
Recursos do Tesouro	0,8	0,9	2,7	3,9	0,9	0,5	0,5	0,2
Funcafé	0,3	0,06	0,3	0,8	3,2	2,9	2,2	1,7

Fonte: Elaborada com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central (2010).

A principal fonte de recursos do crédito agrícola, no primeiro governo Lula (2003 a 2006), assim como nos períodos anteriores, tratou dos Recursos Obrigatórios – que apresentou aumento de 24%, de 2003 para 2004, com pequena redução de 12,5%, em 2005, e novo aumento de 37%, em 2006. A segunda principal fonte de recursos foi a Poupança Rural, seguida dos recursos do BNDES/Finame e do FAT. Algumas fontes apresentaram grandes oscilações no volume de recursos, como é o caso da 63 Rural, que apresentou aumento de 746,5%, de 2003 para 2004. Em 2005, houve redução de 37,6% e, em 2006, houve aumento de 1.514,1%.

No segundo governo Lula (2007 a 2010), a principal fonte de recursos do crédito rural também tratou dos Recursos Obrigatórios, com aumento de 27,8%, de 2007 a 2009. Até agosto de 2010, já havia um montante de R\$ 22.277.233.156,30. Outras fontes de financiamentos também apresentaram aumento nesse período, como os Fundos Constitucionais (40,2%), os Recursos Livres (62,5%), o Funcafé (2,24%), os Recursos de Governos Estaduais (37,05%), o 63 Rural (55,7%), os Fundos de Commodities (4.646,3%) e as outras fontes de recursos (1.423,1%)

Durante o primeiro governo Lula, a região Sul foi a que mais recebeu recursos do crédito agrícola, com aumento de 19,3% no total de recursos dessa região nesse período. A segunda região mais beneficiada foi a Sudeste, que, de 2003 a 2006, apresentou aumento de 82,9% no montante de recursos.

A região Centro-Oeste ocupou o terceiro lugar, com variação de 8,3%, de 2003 a 2006. A região Nordeste apresentou grande aumento na utilização de recursos do crédito rural no período, totalizando aumento de 131,8%. A região Norte foi a que menos utilizou os recursos do crédito agrícola de 2003 para 2004, apresentou aumento de 35,2%; porém, de 2004 a 2006, houve redução de 11,2%.

Durante o segundo governo Lula, as variações percentuais das regiões foram todas positivas. No Sul, houve aumento de 57,1%; no Sudeste, de 42,7%; no Centro-Oeste, de 45,4%; no Nordeste, de 31,8%; e no Norte, 28,5%.

O estado com maior volume de recursos, durante os anos de 2003 e 2004, foi o Rio Grande do Sul, concentrando 17,9% e 17,2%, respectivamente, com aumento de 25,4% de um ano para o outro.

Em 2005, o estado que ocupou essa posição foi o Paraná, com 16,0% dos recursos e aumento de 28,6%, de 2003 a 2005. Em 2006, foi o estado de São Paulo que alcançou a posição, com 17,7% dos recursos e uma variação positiva de 60,2%, de 2003 a 2006.

Em 2007, o estado que mais recebeu recursos foi São Paulo, que obteve 18,5% do total de recursos. Em 2008, o estado que ocupou esse lugar foi o Paraná, com 17,0% dos recursos. O estado de São Paulo voltou a concentrar o maior volume de recursos em 2009, com um total de 18,5%. Até o mês de agosto de 2010, o Rio Grande do Sul era o estado que concentrava o maior montante de recursos, com 16,3% do total.

O estado que menos obteve recursos do crédito rural, durante o período de 2003 a 2008, foi o Amapá. Já em 2009, esse lugar foi ocupado por Roraima, que obteve 0,02% dos recursos; até o mês de agosto de 2010, estava com apenas 0,03% dos recursos.

A evolução das linhas de crédito rural mostra que o Moderfrota foi a linha que obteve maior volume de recursos no período de 2003 a 2008. Já em 2009, o Prodecoop passou a ser a linha de crédito com maior volume de recursos. Até o mês de agosto de 2010, a linha que concentrou maior montante de recursos foi o Procap-Agro.

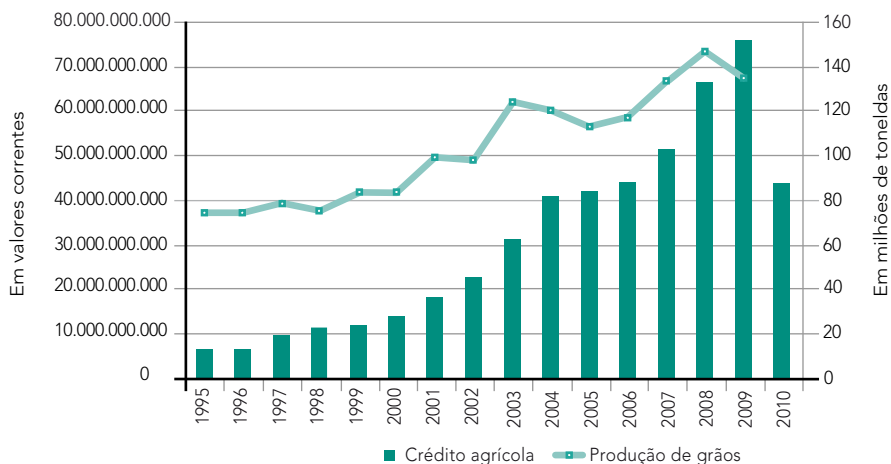
Durante todo esse período, também foram criadas novas linhas de crédito. Foi o caso do Prodecoop, em 2003; do Prolapec, em 2006; do Produsa e do Moderfrota Proger, em 2008; e do Procap-Agro, em 2010. O Prolapec foi incorporado ao Produsa em 2008 (BOLETIM BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

4.3 Uma comparação entre os governos FHC e Lula

No período de 1995 a 2010, a evolução do crédito agrícola e da produção de grãos são demonstradas no Gráfico 3.

Gráfico 3

Relação entre crédito agrícola e produção de grãos – 1995 a 2010



Fonte: Elaborado com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central (2010).

Nota-se que, nesse período, houve grande aumento no volume dos recursos disponibilizados, totalizando uma elevação de 1.060,0% – o que representa aumento de R\$ 36.952.110.961,00 (em valores correntes).

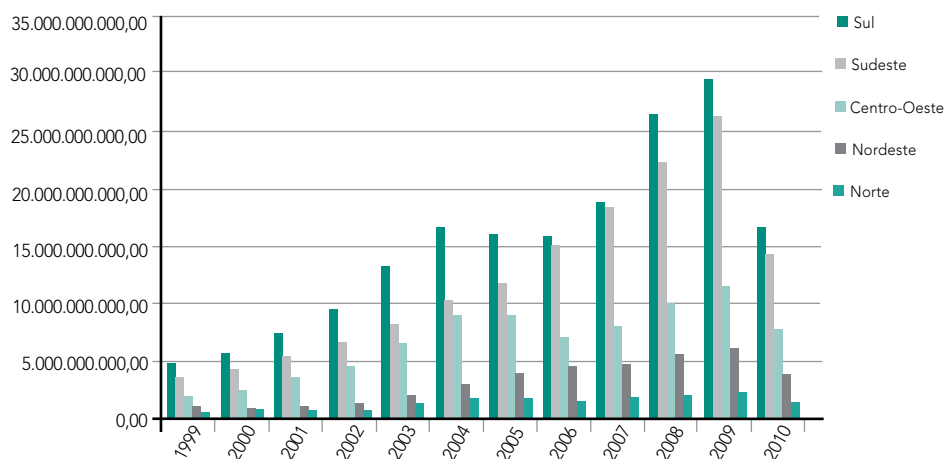
Do início do primeiro mandato do governo FHC até o último ano de seu segundo mandato (2002), houve aumento de 246,3% no volume total de recursos do crédito rural, equivalente a um aumento de R\$ 15.961.725.657,00.

No primeiro mandato do governo Lula (que teve início em 2003) até o ano de 2009, em seu segundo mandato, houve aumento de R\$ 44.083.465.407,00, ou seja, 141,7% no total de recursos. Até o mês de agosto de 2010, já havia um montante de R\$ 43.433.708.075,00.

Durante todo esse período, a região que mais concentrou recursos do crédito agrícola foi a Sul, conforme se observa no Gráfico 4.

Gráfico 4

Distribuição do crédito agrícola por região geográfica – de 1999 a 2010



Fonte: Elaborado com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central (2010).

No segundo mandato do governo FHC, a região Sul concentrou 41,1% do total de recursos disponibilizados nesse período; o Sudeste obteve 29,8%; o Centro-Oeste, 18,8%; o Nordeste, 6,5%; e o Norte, 3,7%. No primeiro mandato do governo Lula, a região Sul passou a concentrar 38,9% do total de recursos do período; o Sudeste ficou com 28,7%; o Centro-Oeste, com 19,9%;

o Nordeste, com 8,4%; e o Norte, com 4,0%. No segundo mandato do governo Lula, o Sul passou a obter 38,6%; o Sudeste, 34,2%; o Centro-Oeste, 15,7%; o Nordeste, 8,4%; e o Norte, 3,0%.

Durante o governo FHC, a principal fonte de recursos foi os Recursos Obrigatórios, com participação de 13,1% dos recursos em 1995; passou para 52,7% do total de recursos disponíveis para o crédito rural, no ano de 2002. Esse aumento da participação dos Recursos Obrigatórios é um reflexo da estabilidade econômica alcançada com a implantação do Plano Real, em 1994, durante o governo de Itamar Franco.

A participação dos Recursos do Tesouro, ao contrário da fonte anterior, foi reduzida a partir de 1996, quando o governo reduziu a aplicação direta de recursos orçamentários no financiamento agrícola. A participação dessa fonte passou de 19,7%, em 1995, para 1,7% dos recursos, em 2002.

Durante o governo Lula, a participação dos Recursos Obrigatórios passou de 43,5%, em 2003, para 51,3% dos recursos, em 2010. Os Recursos do Tesouro diminuíram ainda mais sua participação; em 2003, era de 1,9% e, em 2010, passou para apenas 0,2% do total de recursos.

O FAT – fonte criada pelo governo anterior – teve grande redução em sua participação, que era de 8,6%, em 2003, e foi de apenas 0,98, em 2010. Durante esse governo, não foram criadas novas fontes de financiamentos.

No governo FHC, foram criados seis novos programas de financiamentos agrícolas: o Pronaf, criado em 1996; o Finame Agrícola, em 1997; o Moderfrota, em 2000; o Moderinfra, em 2001; e o Propflora e a Linha Especial de Crédito, em 2002.

Durante o governo Lula, foram criados cinco novos programas: o Prodecoop, em 2003; o Prolappec, em 2006; o Produsa e o Moderfrota Proger, em 2008; e o Procap-Agro, em 2010. O Prolappec foi incorporado ao Produsa em 1998.

5

CONCLUSÃO

Ao se analisar a evolução do crédito agrícola no período de 1995 a 2010, observa-se que ocorreu constante aumento dos recursos do crédito rural (em valores correntes), a partir de 1996. A região Sul figurou-se como a principal

beneficiada por esses recursos, porque essa região é uma das principais áreas agrícolas do Brasil, o que demanda maior volume de recursos para financiar suas operações de custeio, investimentos e comercialização.

As principais mudanças desse período ocorreram durante o governo FHC, de 1995 a 2002. A primeira medida adotada foi a renegociação das dívidas dos produtores rurais, com a criação dos programas de securitização Recoop e Pesa. O governo FHC deu continuidade ao processo de redução da natureza intervencionista da política agrícola; este já vinha sendo realizado desde o início da década de 1990, com a abertura da economia, e acentuou-se com a estabilização da economia obtida por meio da implantação do Plano Real, em 1994.

Nesse período, reduziu-se a participação dos Recursos do Tesouro no financiamento agrícola, mas outras fontes alternativas foram implantadas, como é o caso dos Recursos Obrigatórios, do FAT, dos Fundos Constitucionais, do Funcafé, do 63 Rural, entre outros.

Dos programas existentes, seis foram criados no governo FHC, e cinco, no governo Lula. O primeiro programa criado foi o Pronaf, em 1996, destinado à agricultura familiar. Em 1997, o BNDES passou a financiar a agricultura por intermédio do programa Finame Agrícola. Em 2000, foi criado o Moderfrota, destinado ao financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas. Em 2001, o Moderinfra passou a financiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada e sustentável. Em 2002, foram criados os programas Propflora e LEC; o Propflora é destinado à recuperação das florestas, e o LEC é uma linha especial que financia a aquisição ou a estocagem de produtos agrícolas garantidos por preços mínimos.

O primeiro programa desenvolvido pelo governo Lula foi o Prodecoop, em 2003, destinado a desenvolver a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas. Em 2006, foi lançado o Prolapec, destinado a estimular a produção sustentável, econômica e ambientalmente, assim como disponibilizar recursos para investimentos necessários à implantação de sistemas de integração da agricultura com a pecuária.

Em 2008, foram criados os programas Produsa e Moderfrota Proger. O Produsa objetiva disseminar o conceito de agronegócio responsável e sustentável; esse programa incorporou o Prolapec. O Moderfrota Proger corresponde a uma linha de financiamento do Moderfrota, tem a mesma finalidade deste último, porém se destina a produtores com renda no mínimo 80% originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal.

Em 2010, foi criado o Procap-Agro, com o objetivo de promover a recuperação ou a reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas singulares e centrais de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, bem como seu saneamento financeiro.

A teoria de Samuelson, publicada em 1973, já demonstrava a importância da ajuda do governo à agricultura, tendo em vista que uma dessas formas de auxílio seria composta por programas governamentais que estimulassem o aumento da demanda por produtos agrícolas ou programas que limitassem a oferta agrícola. E foi exatamente isso o que o governo fez: durante o período analisado, criou programas que estimulassem o investimento e a adoção de inovações no processo produtivo desse setor, fatores que contribuíram com o aumento da produção de grãos.

Tal produção só apresentou reduções nos anos em que houve condições climáticas desfavoráveis, ocorrendo fenômenos como o El Niño e estiagens. Esse fato também confirma as teorias de Schumpeter e de Kalecki, que afirmam que o crédito é imprescindível ao financiamento das inovações e, consequentemente, ao processo de desenvolvimento econômico para o aumento da produção de grãos.

ANALYSIS OF THE AGRICULTURAL CREDIT SYSTEM IN BRAZIL IN THE FHC AND LULA GOVERNMENTS

Abstract

This article aims to identify the direction of rural credit policies in the country during the FHC and Lula governments, considering the importance of access to credit for agricultural sector development, the inequalities generated by the creation of SNCR and several changes after the Real Plan. It presents the main lines of agricultural credit, the volume of credit offered to the sector, the regions most likely to benefit, as well as the states most benefited. The development of resources shows a steady increase in the period 1995 to 2009. Since the main beneficiaries were the regions South and Southeast and the States most benefited were the Rio Grande do Sul and Parana. And this increased credit helped to increase grain production, and this production was reduced only in years when it was hampered by weather.

Keywords: Agricultural policy; Rural credit lines; FHC/Lula government.

Referências

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL DO BANCO CENTRAL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELRURAL>>. Acesso em: 21 mar. 2010.
- BAER, W. *A economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual do Crédito Rural – MCR*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:ldvGeropMCR>>. Acesso em: 9 abr. 2010.
- BITTENCOURT, G. A. *Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. 2003. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000307081>>. Acesso em: 9 maio 2009.
- BOLETIM BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatórios anuais*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED1-BOLETIMANO>>. Acesso em: 30 out. 2010.
- CHIEZA, R. A.; AMBROS, J. O. *A importância do crédito na visão schumpeteriana e a experiência gaúcha na busca de alternativas à ampliação do acesso ao crédito para empresas de menor porte*. 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m09t03.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2009.
- GERALDINE, D. G. Economia agrícola: contribuição real no real. *Revista de Economia da Universidade Estadual de Goiás*, Anápolis, v. 1, n. 1, p. 1-17, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/145/139>>. Acesso em: 3 dez. 2010.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Caderno de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.
- KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica: ensaios sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. Tradução Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultura, 1997. (Os economistas).
- KROTH, D. C.; DIAS, J.; GIANNINI, F. A. *A importância do crédito agrícola e da educação na determinação do produto per capita rural: um estudo dinâmico em painéis de dados dos municípios paranaenses*. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/363.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2010.
- LÓPEZ, J.; PUCHET, M.; ASSOUS, M. Michael Kalecki: um pioneiro da teoria econômica do desenvolvimento. *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 191-211, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572009000200002&lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2009.
- SAMUELSON, P. A. *Introdução à análise econômica*. 7. ed. Tradução Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Agir, 1973.
- SARRIS, A. H. *O papel da agricultura no desenvolvimento econômico e na diminuição da pobreza: uma base empírica e conceitual*. 2001. Disponível em: <http://www.nead.org.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_46.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2010.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria de desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução Maria Silvia Possas. São Paulo: Nova Cultura, 1997. (Os economistas).
- SOUZA, N. de J. *Desenvolvimento socioeconômico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.